

# Formação de professores para o ensino de estudantes com deficiência intelectual

## **Arleia Gomes de Souza Ribeiro**

*Mestranda do Programa de Pós Graduação de Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Tecnologia de Alagoas-FAT e Educação Especial Inclusão e Libras pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes- UCAM. Professora do Atendimento Educacional Especializado pela Rede Municipal de São Luís e Técnica de Acompanhamento da Educação Especial da Rede estadual do Maranhão*

## **Lívia da Conceição Costa Zaqueu**

*Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão de Ensino da Educação Básica da UFMA. Líder do grupo de pesquisa Educação Especial na Educação Básica*

## **Natália Moreira de Carvalho Campos**

*Mestranda do Programa de Pós Graduação de Gestão de Ensino da Educação Básica, da Universidade Federal do Maranhão. Especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional, Hospitalar e Empresarial e em Atendimento Educacional Especializado. Professora do Atendimento Educacional Especializado das redes estadual e municipal de ensino*

## **Arteane Gomes de Sousa Setúbal**

*Pedagoga. Especialista em Educação Especial pela Faculdade de Tecnologia de Alagoas-FAT e em m Educação Especial Inclusão e Libras pela Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco e Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes- UCAM. Professora do Atendimento Educacional Especializado pela Rede Municipal de São Luís e Técnica de Acompanhamento da Educação Especial da Rede estadual do Maranhão.*

DOI: 10.47573/aya.5379.2.65.1

## RESUMO

Este estudo analisa a formação de professores para o ensino de estudantes com deficiência intelectual com o objetivo de investigar este processo formativo e as mudanças decorrentes das práticas dos professores para a efetivação de uma educação inclusiva. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura das publicações com o intuito de levantar o estado da arte, resultante da busca de dados nos anais do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE) utilizando-se os seguintes descritores: “Deficiência Intelectual”, “Formação de Professores” e “Educação Inclusiva”, com o marco temporal de (2014-2018). A partir das análises feitas, o estudo indica a necessidade de intensificar o processo de formação de professores para o ensino e inclusão dos estudantes com deficiência intelectual, visto que se observou um número pequeno de pesquisas que indicam mudanças de práticas escolares para estes estudantes.

**Palavras-chave:** deficiência intelectual. inclusão. formação de professores.

## ABSTRACT

This study analyzes teacher training for teaching students with intellectual disabilities with the aim of investigating this training process and the changes arising from the teacher practices for the realization of an inclusive education. Therefore, a literature review of publications was carried out in order to survey the state of the art, resulting from the search for data in the annals of the Brazilian Congress on Special Education (CBEE) using the following descriptors: "Intellectual Disability", "Teacher Training" and "Inclusive Education", with the timeframe of (2014-2018). Based on the analyzes carried out, the study indicates the need to intensify the process of training teachers for the teaching and inclusion of students with intellectual disabilities, as there was a small number of researches that indicate changes in school practices for these students.

**Keywords:** intellectual disability. inclusion. teacher training.

## INTRODUÇÃO

Historicamente, os estudantes com deficiência foram segregados, vítimas do preconceito, excluídos social e educacionalmente e, desta maneira, sem acesso a uma educação que contemplasse suas necessidades de aprendizagem em escolas do ensino comum. Atualmente, no Brasil, já é possível perceber alguns avanços nas questões referentes à educação inclusiva, considerando o direito de acesso e permanência na escola e dos movimentos em prol da educação inclusiva que contemple os estudantes público alvo da educação especial estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). No entanto, no que se refere a questões específicas de aprendizagem, considera-se que muito ainda precisa ser feito para termos uma escola totalmente inclusiva, que acolha a todos e ofereça oportunidades justas e igualitárias.

A formação de professores em uma perspectiva inclusiva desponta nesse cenário como um dos elementos favorecedores ao processo inclusivo dos estudantes com deficiência intelectual. Como apontam Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011), a Educação Inclusiva deve ser enten-

dida como um processo de reforma educacional e, para que ocorra de fato, é preciso que haja um modelo inovador de formação de professores, diferente dos modelos tradicionais formativos já existentes.

Algo a apontar como grande desafio que temos hoje em relação a Educação Inclusiva, é a capacidade de oferecer a cada estudante, de forma particular, uma resposta às suas necessidades específicas. Neste sentido, é preciso que os profissionais da educação percebam a diversidade e a complexidade existentes na escola, pois este é o ambiente propício à inclusão. De acordo com a questão apresentada, Costa (2010) afirma que a escola deve abrigar as diferenças na diversidade, com respeito à pluralidade daqueles que sempre foram vitimados por um sistema de ensino pautado na educação de poucos, dotados de privilégios econômicos, sociais e culturais.

A inclusão educacional é um processo que garante direitos e promove a aprendizagem dos estudantes com deficiência, estimulando sua autonomia e a independência em todas as fases da vida (BRASIL, 2015). Entretanto, para que a inclusão escolar seja efetivada precisamos considerar o processo formativo dos professores, o cotidiano das escolas, levando-se em conta as necessidades, as capacidades dos estudantes e valores que orientam a prática pedagógica, bem como o desenvolvimento das potencialidades de todos os estudantes.

O presente estudo tem como temática a formação de professores para o ensino de estudantes com deficiência intelectual com objetivo investigar esse processo formativo e analisar as mudanças de práticas para a efetivação de uma educação mais inclusiva para esses estudantes. Diante do exposto, justifica-se a relevância desse estudo, aduzindo a uma iniciativa reflexiva fundamentada no princípio do direito ao exercício pleno da cidadania aos estudantes com deficiência intelectual, baseado na formação de professores em uma perspectiva inclusiva.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.**

No Brasil, nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre uma escola em que os sujeitos vivenciem a diversidade humana, com igualdade de direitos e de oportunidades educacionais. Neste contexto, a educação inclusiva e a formação de professores ocupam um lugar de destaque, frente à crescente demanda por participação das minorias historicamente excluídas.

Dessa forma, entende-se que a inclusão escolar tem como principal objetivo transpor as barreiras impostas aos estudantes com deficiência, para que estes possam participar de fato da construção da sociedade como um agente, e não de forma passiva, alheios à realidade. Desta forma, a escola torna-se um espaço privilegiado de compartilhamento e construção do conhecimento historicamente construído, para que o processo inclusivo aconteça efetivamente e, também, para que possam modificar as construções culturais de preconceito das diversidades.

A Declaração de Salamanca afirma que: “As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras” (ONU, 1994, p. 3). Nesta perspectiva, a formação de professores para a inclusão passa a ser fundamental na quebra desse modelo tradicional formativo, onde se projetava, no imaginário social, salas de aulas homogêneas, com ritmos de aprendizagens semelhantes entre os estudantes.

A formação assume um novo papel que transcende o ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança. (IMBERNÓN, 2011, p.15).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) afirma que a educação inclusiva pode ser entendida como um princípio orientador para o fortalecimento educacional, para promover a aprendizagem ao longo da vida e a igualdade de acesso às oportunidades e aprendizagens a todos dentro de uma sociedade (ONU, 2008). Desta forma, ela está pautada na igualdade de oportunidades e acolhimento das necessidades dos estudantes com deficiência, apoiando as diferenças e migrando de uma escola homogênea para uma escola heterogênea.

O termo “Educação Inclusiva” remete à garantia de direito de todos à educação e pela valorização das diferenças, versando pelo respeito à diversidade, valorização das diferenças e esforço coletivo na equiparação de oportunidades em todas as dimensões da vida (BRASIL, 2015). Conforme destaca Mantoan (2003), a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional para atingir não apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprendizagem, como também todos os demais, a fim de se obter o sucesso na corrente educativa geral.

No presente estudo, comunga-se desta mesma compreensão e acredita-se que a sociedade se beneficia com a inclusão, visto que, quando iniciada no espaço escolar, reverbera para o social e, assim sendo, teremos pessoas mais tolerantes e com mais respeito a qualquer tipo de diferença, fazendo valer a igualdade de direitos independente de cor, raça, sexo, etc.

Cabe aqui destacar que, com a inclusão, ganham as crianças com deficiência, que têm a oportunidade de vivenciar a riqueza do espaço escolar, de conviver com alunos que não tem deficiência; ganham também as outras crianças, que aprendem a conviver com a diversidade, aprendendo a respeitar e a conviver com a diferença. Ganham os educadores, que melhoram a sua formação com novas metodologias e enriquecem sua prática; ganham as famílias, que passam a ver seu filho como sujeito participativo; ganha, sobretudo, a sociedade, que se torna um espaço mais democrático.

Com os pressupostos defendidos pelos documentos norteadores, tais como: Declaração de Salamanca, Estatuto da Pessoa Com Deficiência, Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, voltado para a formação de professores, a escola precisa oferecer condições de acesso, permanência e aprendizagem para o exercício da cidadania, onde os estudantes possam ser sujeitos participativos no contexto educacional no qual estão inseridos.

A educação é também uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e com igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, com o olhar voltado para a inclusão e solidariedade, promovendo o bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, nos termos do artigo 2º, incisos I e IV da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

É por esse aparato legal que a visão de Educação Especial passa ao enfoque da Educação Inclusiva com Vilaronga e Mendes (2014). Conderman, Bresnahan, Pedersen (2009) e Wood (1998) tratam do ensino colaborativo ou co-ensino, que é visto como uma proposta de discussão na escola sobre questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre o professor

de educação especial e o professor da sala regular e a redefinição do papel dos professores de ensino especial, como apoio centrado na classe comum, e não somente serviços que envolvam a importância da formação continuada no processo do desenvolvimento profissional da docência.

Destacamos que, para que a formação dos professores seja eficiente, conforme afirma Sousa (2017), quando se trata da inclusão, a formação do professor torna-se um aspecto importante a se considerar, uma vez que este profissional precisa se sentir seguro e apoiado para trabalhar nesse contexto, pois atua em salas cada vez mais heterogêneas. Contudo, ele também precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva.

A construção de uma escola inclusiva se dá a partir de um trabalho coletivo, onde cada um, professores, gestão escolar, alunos e pais, exercem o seu papel de forma responsável. Entender que a inclusão é uma ação coletiva e, portanto, todos precisam estar inseridos, é essencial para que ela ocorra (MANTOAN, 2003):

Estamos todos no mesmo barco e temos de assumir o comando e escolher a rota que mais diretamente nos pode levar ao que pretendemos. Essa escolha não é solitária e só vai valer se somarmos nossas forças às de outros colegas, pais, educadores em geral, que estão cientes de que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficientes. (MANTOAN, 2003, p. 09).

Segundo a Declaração de Salamanca “a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, é como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas” (ONU, 1994, p. 27). A escola precisa atender às necessidades de todos os alunos, desenvolvendo suas habilidades e impulsionando as suas potencialidades, deixando de ser excludente e ganhando um caráter inclusivo.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu artigo 27, aponta como deve ser o ensino em salas inclusivas (BRASIL, 2015):

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015, p. 34).

Entre as diversas ações, deve figurar a construção de um projeto pedagógico no qual os serviços e as adaptações razoáveis necessários para atender o estudante com deficiências sejam realizados. De modo geral, ressaltamos que não basta integrá-lo, pois uma escola inclusiva requer, entre várias características, a construção de uma cultura colaborativa, visando a parceria com professores de educação especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas (ZERBATO; MENDES, 2018).

## DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APS, 2014) define a Deficiência Intelectual (DI) como:

Deficiência Intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade. (APS, 2014, p. 72).

As dificuldades no trabalho dos professores frente aos estudantes com deficiência intelectual se apresentam como um dos principais entraves à efetivação da inclusão escolar desses estudantes. Entretanto, todos os estudantes têm o direito de aprender. Nesta perspectiva, os alunos com deficiência intelectual necessitam de uma escola acolhedora que ofereça oportunidades de aprendizagem no ambiente escolar.

Com a proposta de inclusão, a escola vem com uma nova perspectiva, que é a de reconhecer que as diferenças promovem situações de aprendizagem. Para Mantoan (2003, p.62), no momento de levarmos uma atividade para toda a turma “temos de propor atividades abertas, diversificadas, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos [...]”.

Sabe-se da importância das Leis para as mudanças de comportamentos da sociedade. As leis que amparam as pessoas com deficiência, nas quais os estudantes com DI estão enquadrados, é muito explícita no que concerne a um sistema educacional inclusivo. Assim, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), determina que o poder público deve assegurar, criando, desenvolvendo, implementando, incentivando, acompanhando e avaliando, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis educacionais e modalidades ao longo de toda a vida da pessoa com deficiência, garantindo condições de acesso e permanência.

Por este motivo, trabalhar de forma organizada, com instruções diretas, curtas e de forma concreta, com recursos palpáveis que saiam do campo abstrato, traz maior significado ao que está sendo estudado, tornando o ambiente de aprendizado algo prazeroso. O uso das tecnologias como ferramenta educacional também tem se mostrado muito eficaz, visto que é um recurso motivador e atrativo. Como aponta Costa (2010):

As deficiências não deveriam ser consideradas como impeditivo à inclusão dos alunos, desde que a escola esteja organizada com recursos didático-pedagógicos e profissionais da educação para atender às diferenças de aprendizagem dos alunos. (COSTA, 2010, p. 133).

Para se pensar em estratégias que deverão ser utilizadas no ensino dos alunos com deficiência intelectual, deve-se levar em consideração o nível de escolarização do estudante, reafirmando que os indivíduos são únicos, pois cada um possui suas especificidades, com histórias de vida diferentes, diferentes possibilidades, e, assim, a metodologia utilizada para desenvolver o aprendizado de alguns estudantes pode não ser a mesma para outros.

A pessoa com deficiência Intelectual, diferentemente daquelas que apresentam outras deficiências como a física, visual ou auditiva, não solicita adaptações no que concerne a instrumentos ou equipamentos, bem como adaptações ao espaço físico. No entanto, solicita mudanças bem mais radicais para que possam se incluir, participar efetivamente, e, o mais importante, conseguir avanços no âmbito da aprendizagem e do desenvolvimento: são as mudanças de visão de mundo, de revisão de valores, de aceitação das diferenças, de prática de ensino. Essas, certamente, são adaptações bem mais difíceis, pois dependem efetivamente de cada um dos envolvidos. (DANTAS, 2009, p.05).

De acordo com Raiça (2006), um ponto de extrema importância no ensino de alunos com Deficiência Intelectual é relacionar as vivências e experiências com as atividades propostas. Esta interação com o cotidiano de cada aluno oferece sentido e significado às atividades, relacionando novas informações com conhecimentos anteriores e possibilitando oportunidades para que os alunos mostrem o que sabem e o que pensam sobre determinado assunto.

Isso sugere que o professor possa ter acesso a novos saberes que lhe proporcionarão conhecimentos de uma prática que contemple as reais necessidades e peculiaridades de seus alunos.

De fato, é muito mais pertinente conceber o ensino como a mobilização de vários saberes que formam uma espécie de reservatório no qual o professor se abastece para responder às exigências específicas de sua situação concreta de ensino. (GAUTHIER, 2013, p. 28).

Para finalizarmos os pensamentos acima elaborados, Castro e Santiago (2018) afirmam que deve-se levar em consideração que os professores não podem ser os únicos responsáveis pela inclusão escolar, eles podem ser considerados os principais mediadores desse processo. Contudo, para além da retórica do discurso politicamente correto, faz-se necessário a garantia de condições, entre elas a de uma base de conhecimentos condutora do processo pedagógico, considerando todos os alunos como titulares de direitos, respeitados em seus modos de ser, sentir, de se apropriar e de transformar o mundo.

O processo formativo do professor, aliado à mudança de prática pedagógica, onde estão inseridas novas metodologias, uso de tecnologias educacionais e flexibilização curricular, são condições fundamentais para a construção de uma escola inclusiva. Para Carvalho (2004, p.144), as adaptações curriculares são um “conjunto de estratégias que permitam flexibilizar os conteúdos do currículo de modo a permitir a todos estabelecer relações com o saber”. Desse modo, destacamos que, por meio destas adaptações, a escola poderá proporcionar o acesso do estudante com deficiência intelectual ao conhecimento de forma significativa.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo apresenta uma revisão de literatura, de maneira que, para o levantamento acerca do estado da arte, buscou-se a sistematização a partir de documentos disponibilizados nas bases de dados do Congresso Brasileiro de Educação Especial (CBEE). Nessa revisão definiu-se o marco temporal de (2014-2018) para evidenciar a existência de estudos na área de formação de professores para o ensino de estudantes com deficiência intelectual. Utilizaram-se os seguintes descritores: “Deficiência Intelectual”, “Formação de Professores”, e “Educação Inclusiva”.

Após realizar a busca inicial e o refinamento, foram selecionados e incluídos 08 estudos que atingiam o que estava se pesquisando, ou seja, estudos voltados para a formação de professores voltados para a educação de estudantes com deficiência intelectual. Após esse refinamento e seleção dos artigos, realizou-se uma leitura dos resumos. Em seguida, iniciou-se uma caracterização das publicações com a finalidade de identificar título, autores, ano da publicação, finalidade do estudo e metodologia, para em seguida ser realizada a leitura dos artigos selecionados.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Verifica-se no Quadro 1, a seguir, os resultados obtidos durante a revisão de literatura:

**Quadro 1**

TÍTULO/AUTOR E ANO	FINALIDADE DO ESTUDO	METODOLOGIA
1 - Como o professor avalia a sua prática pedagógica com relação aos alunos com Deficiência Intelectual. W. C. S. Porta; J. A. P. P. Campos (2014). Comunicação oral	Analisar como o professor da sala comum avalia sua prática pedagógica com relação aos educandos com deficiência intelectual.	Pesquisa de campo com abordagem qualitativa.
2 - Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual nas escolas municipais de Ensino Fundamental. A.P. Sousa; E.M. Silva; R. S. Lima (2014).	Levantamento de informações sobre como o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual está sendo efetivado nas escolas do ensino Fundamental da cidade de Dourado M/S.	Pesquisa de campo com abordagem qualitativa.
3 - Formação de professores e Educação inclusiva: Público alvo da educação especial em foco. I.D. Cruz; A. R. Damasceno; R. C. S. Cabral, (2016). Poster	Investigar a formação docente inicial e continuada, no que tange suas concepções para a educação inclusiva.	Estado da arte
4 - Formação de professores e Educação Inclusiva: Reflexão e práxis pedagógica. A. Locatelli (2016).	Refletir sobre a formação docente para a educação inclusiva no contexto brasileiro.	Levantamento bibliográfico
5 - Práticas docentes para alunos com deficiência intelectual: Investigação a partir de casos de ensino. M. S. L. Paixão; A. V. M. F. Lustosa, (2018) Comunicação oral.	Investigar como se caracteriza a prática docente para alunos com deficiência Intelectual na escola regular a partir de casos de ensino.	Abordagem qualitativa descritiva
6 - A formação continuada no contexto da escola como uma perspectiva para a inclusão escolar. F. N. Silva; M. L. Almeida; I. V. Silva; A. L. Prederigo (2018) Poster	Fazer reflexões acerca das perspectivas de formação continuada apresentada por professores de uma escola municipal.	Qualitativa Pesquisa-ação.
7 - Deficiência intelectual e inclusão escolar: Um estudo sobre práticas pedagógicas sistematizadas no campo educacional. M. M. F. Rahme; L. R. Moreira. (2018) Comunicação oral	Investigar a relação entre práticas pedagógicas e deficiência intelectual, a partir de estudos acadêmicos produzidos na área.	Pesquisa bibliográfica.
8 - Formação de professores especializados na área de deficiência Intelectual: Os processos de mediação na percepção das professoras. P. T. Lara (2018). Comunicação Oral	Analisar a percepção dos professores que realizam o curso de especialização em formação de professores em Educação Especial na área de Deficiência Intelectual.	Estudo de caso

**Fonte: Ribeiro e Zaqueu, 2021.**

### a) W. C. S. Porta; J. A. P. P. Campos (2014)

Porta e Campos (2014) analisam como o professor do ensino comum avalia a sua prática pedagógica em relação aos estudantes com deficiência intelectual e questionam se a prática dos professores tem sido verdadeiramente inclusiva. As autoras fazem um retrospecto sobre o processo de escolarização dos alunos público alvos da educação especial e os mostram os excluídos ao longo dos anos. Somente a partir da década de 90, com a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outros dispositivos legais, a escola passou a desempenhar um novo papel, o de oferecer condições necessárias para o acesso, permanência e aprendizado desses alunos.



Com o paradigma da inclusão, a escola precisa oferecer condições para que todos aprendam, respeitando suas diferenças e desenvolvendo as potencialidades de todos os alunos. Dessa forma, o grande desafio para a escola é ser uma escola adequada à grande diversidade de alunos com diferentes ritmos de aprendizagens. Trata-se de um estudo de campo com um enfoque qualitativo e descritivo utilizando a coleta de dados com entrevistas semiestruturadas com três professoras do primeiro ciclo do Ensino Fundamental I que tivessem alunos com D.I em suas salas de aula em uma escola municipal do Estado de São Paulo.

De acordo com Porta e Campos (2014), o estudo revelou o quão ainda é complexo o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. Embora duas professoras acreditassem que precisavam de mais formação para melhorar a sua prática, a fim de torná-la inclusiva, uma professora afirmou que já trabalha de forma inclusiva e, portanto, não sentia necessidade de buscar formação. Vale ressaltar a necessidade da formação continuada para o ensino de estudantes com DI. Porém, além da formação, também há a necessidade de um professor especialista para dar apoio às professoras do Ensino comum no sentido de facilitar a aprendizagem e inclusão.

#### **b) A.P. Sousa; E.M. Silva; R. S. Lima (2014)**

Sousa *et al.* (2014), identificaram quais são os obstáculos enfrentados quanto a escolarização do estudante com deficiência intelectual no município de Dourados/MS no sistema regular de ensino, bem como levantaram informações sobre como o processo de inclusão escolar desses estudantes vem sendo efetivado nas escolas de ensino fundamental da referida cidade.

As autoras iniciam o texto mostrando a importância da inclusão escolar de estudantes com DI e debatendo sobre quais os entraves principais que dificultam esse processo e como buscar meios para a implementação da inclusão na Rede municipal. Para tanto, utilizaram o método qualitativo local: 4 escolas municipais participantes: 2 coordenadoras; 18 professores regentes e 4 professoras da sala de recursos. Foram usados como instrumentos questionários e a análise de conteúdo foi feita com de acordo com Bardin (2011).

O estudo realizado por Sousa *et al.*, (2014) mostrou que a inclusão dos estudantes, apesar de está sendo efetivada nas escolas municipais, o padrão de ensino ainda não é o desejado. Foi constatado que ainda falta flexibilização curricular e adequação das atividades propostas aos alunos com DI. Mesmo os professores indicando que esses alunos tem acesso à sala de aula, esses alunos não tiveram grande participação nas atividades propostas.

#### **c) I. D. Cruz; A. R. Damasceno; R. C. S. Cabral (2016)**

Cruz *et al.* (2016) investigou a formação docente inicial e continuada e as suas concepções para uma educação inclusiva, sobretudo o público alvo da educação especial, buscando caracterizar a formação de professores no tocante ao acolhimento desses estudantes e práticas para a afirmação de uma educação inclusiva. Os sujeitos participantes do estudo foram são professores e membros de equipes gestoras de escolas públicas da Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro, participantes do curso de aperfeiçoamento “A diversidade em sala de aula- Desenvolvendo Cultura, Política e Prática de Inclusão- Turma 2016”.

O curso de formação continuada teve caráter extensionista e o objetivo de despertar o potencial crítico-reflexivo da ação docente por meio de experiências reais dos professores, afim

de elaborar estratégias pedagógicas que promovam o debate, a identificação, a valorização da diversidade e a eliminação de barreiras à inclusão em educação.

Os procedimentos de pesquisa foram consultas nas bases científicas para levantamento do estado da arte; Observação de campo no Curso de Aperfeiçoamento com entrevistas semi-estruturadas realizada com os professores a respeito de sua formação docente. O estudo mostrou uma reflexão no que diz respeito a repensar a formação de professores, inicial ou continuada, para uma prática inclusiva, crítica e reflexiva, buscando atender a todos, livres de qualquer forma de exclusão.

**d) Locatelli A. (2016)**

Locatelli (2016) realizou recorte em sua dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão –UFMA, por meio de uma pesquisa de cunho bibliográfico que refletiu sobre a formação docente em uma perspectiva inclusiva no contexto brasileiro. A partir desta investigação, esta autora constatou que a formação docente para a educação inclusiva não está ligada simplesmente a formação inicial e continuada, mas também com o processo de experiência e interações entre os sujeitos.

**e) S. L. Paixão; A. V. M. F. Lustosa (2018)**

Paixão *et al.* (2018) analisaram a prática docente de alguns professores em relação aos estudantes com deficiência intelectual na escola regular e apontou limites e possibilidades para uma prática docente inclusiva. O estudo é de natureza qualitativa, descritiva. Participaram deste estudo quatro professoras de uma escola municipal de Teresina (PI) que trabalham nas séries do Ensino Fundamental. Foram utilizados como instrumentos: questionários, análise e elaboração de casos de ensino, observação. Foi possível constatar com o estudo que as professoras apresentaram dificuldades em trabalhar com estudantes com DI e deixam claro o processo de exclusão destes estudantes no acesso ao currículo formal.

**f) F. N. Silva; M. L. Almeida; I. V. Silva; A. L. Prederigo (2018)**

Silva *et al.*, (2018) refletiram acerca da formação continuada representada por professores de uma escola municipal no que concerne à questão do espaço-tempo destinado à formação para o processo inclusivo no contexto escolar. De natureza qualitativa, a pesquisa - ação realizada apresentou coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas e de observação participante. Os autores concluíram que, embora já haja alguns avanços, ao longo do tempo, o processo de formação continuada dos professores ainda é um desafio para o processo de inclusão escolar.

**g) M. M. F. Rahme; L. R. Moreira (2018)**

Rahme e Moreira (2018) discutiram de que forma as práticas pedagógicas tem sido adotadas por professores em um contexto inclusivo, frente aos estudantes com deficiência intelectual. Estes autores se embasam em uma abordagem histórico-crítica. Fazendo uma relação entre prática x deficiência intelectual. Utilizaram a Pesquisa bibliográfica com mapeamento das produções abordadas em dissertações e teses disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O estudo evidenciou a necessidade de formação aos professores no que concerne à

estratégias de trabalho que contemplem o aprendizado dos estudantes com DI. Por outro lado, já há alguns indícios de mudanças de prática de alguns professores que já buscam novas metodologias para tornar a sala de aula um ambiente mais inclusivo.

#### **h) P. T. Lara (2018)**

Lara (2018) analisou a visão dos professores que cursam o Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial na área da deficiência intelectual, oferecido pela secretaria municipal de educação de São Paulo em convênio com a UNESP/ campus Marília. Baseado nos estudos de Vygostky, foi feito um estudo de caso. De acordo com Gil (1989, p. 78) o estudo de caso é caracterizado como “estudo profundo ou exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo ou detalhado do mesmo”.

Para se atingir os objetivos da pesquisa, bem como para o método de tratamento dos dados coletados no trabalho de campo, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011). Foi possível com este estudo verificar, segundo a visão dos professores, que uma formação continuada consistente é de extrema importância para a mudança de prática. A autora chama ainda a atenção para a mudança que pode ajudar os professores a encontrar novos resultados para o sucesso das políticas de inclusão dos estudantes com deficiência intelectual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas produções acadêmicas foco desta revisão de literatura, foram analisados inúmeros resultados e, entre eles, apareceram com incidência a descrição da prática pedagógica dos professores que atuavam diretamente com os estudantes portadores de deficiência intelectual. Em destaque, aparecem as possibilidades e conquistas nas práticas pedagógicas por esses estudantes; as dificuldades de aprendizagens relacionadas à deficiência intelectual e o processo de ensino-aprendizagem em instituições educacionais de diversas instâncias. Os estudos também apontaram para um desconhecimento dos profissionais das escolas para as novas metodologias e práticas inclusivas que favorecem a aprendizagem dos alunos com DI.

Além disso, são descritas as situações que dificultam o desenvolvimento, aprendizagem, bem como a permanência desses estudantes no espaço escolar. Vale ressaltar a necessidade de melhorias na formação dos professores e demais profissionais da comunidade escolar e seu importante papel no processo de ensino-aprendizagem; as necessidades de mudanças a serem firmadas pela escola para com todos os participantes; e o sucesso escolar presente no cotidiano dos estudantes com deficiência intelectual.

## **REFERÊNCIAS**

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APS. DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed Editora, 2014.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao\\_compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/constituicao/constituicao_compilado.htm). Acesso em:

20/10/2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html). Acesso em: 24/11/2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 20/10/2021.

CARVALHO, Rosita Ediler. Educação Inclusiva: Com os pingos nos "is". Porto Alegre, Mediação, 2004.

CASTRO, L; SANTIAGO, M. C. Processos formativos e políticas educacionais na perspectiva da inclusão: elementos para reflexão. Revista Aleph, n. 31, p.311 -323, 20dez. 2018.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. Purposeful coteaching: real cases and effective strategies. California: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

COSTA, V. B. Panorama nacional sobre as pessoas com deficiências: desafios e perspectivas. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (org.). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educativas no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 99-110.

CRUZ, I.D.; DAMASCENO, A. R.; CABRAL, R. C. S. Formação de professores e Educação inclusiva: Público alvo da educação especial em foco. In: ANAIS DO 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2016, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee7/papers/formacao-de-professores-e-educacao-inclusiva-reflexao-e-praxis-pedagogica>. Acesso em: 17/10/2021.

DANTAS, D. de C. L. O estudante com deficiência intelectual no ensino superior: entre a utopia e a realidade. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009. Disponível em: <http://www.sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=601248&key=0b69b163073923d02b767239dc3617db>. Acessado em: 30 de out. de 2021.

GAUTHIER, Clermont; *et al.* Por uma teoria da pedagogia: pesquisas sobre o saber docente. trad. Francisco Pereira. 3 ed. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. (Coleção fronteiras da educação).

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas da pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

IMBERNON, Francisco; Formação Docente e Profissional: forma-se para a mudança e a incerteza; [tradução Silvana Cobucci Leite]. – 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Coleção questões da nossa época ; v.14).

LARA, Patrícia Tanganelli. Formação de Professores Especializados na área da deficiência intelectual: os processos de mediação na percepção das professoras. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/formacao-de-professores-especializados-na-area-da-deficiencia-intelectual-os-processos-de-mediacao-na-percepcao-das-pro>. Acesso em: 17/10/2021

LOCATELLI, Adriana. Formação de professores e educação inclusiva: Reflexão e Práxis Pedagógica.

In: ANAIS DO 7º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2016, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee7/papers/formacao-de-professores-e-educacao-inclusiva--reflexao-e-praxis-pedagogica>. Acesso em: 17/10/2021.

MANTOAN, Maria Teresa Egler (org.). O desafio das diferenças na escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

NERES, Celi Corrêa; DE SOUZA, Maria Amélia Alves Mendes. Inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino superior: evidências e percursos de pesquisa. In: ANAIS DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/inclusao-do-aluno-com-deficiencia-intelectual-no-ensino-superior--evidencias-e-percursos-de-pesquisa>. Acesso em: 17/10/2021

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural. UNESCO. 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0012/00171/127160por.pdf>. Acesso em 20/10/2021.

PAIXÃO, Maria do Socorro Santos Leal; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. Prática docente para alunos com deficiência intelectual: investigação a partir de casos de ensino. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/pratica-docente-para-alunos-com-deficiencia-intelectual--investigacao-a-partir-de-casos-de-ensino>. Acesso em: 17/10/2021.

PORTA, Wilma Carin Silva; CAMPOS, Juliane Aparecida de Paula Perez. Como o professor avalia sua prática pedagógica com relação aos educandos com deficiência intelectual. In: ANAIS DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee6/trabalhos/como-o-professor-avalia-sua-pratica-pedagogica-com-relacao-aos-educandos-com-deficiencia-intelectual>. Acesso em: 17/10/2021.

RAHME, Mônica Maria Farid; MOREIRA, Luana Resende. Deficiência intelectual e inclusão escolar: um estudo sobre práticas pedagógicas sistematizadas no campo educacional. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/deficiencia-intelectual-e-inclusao-escolar--um-estudo-sobre-praticas-pedagogicas-sistematizadas-no-campo-educacional>. Acesso em: 17/10/2021.

RAIÇA, Darcy. Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental. São Paulo: Avercamp, 2006.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Formação de Professores e Inclusão: como se reformam os formadores? Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 41-60, jul./set. 2011. Editora UFPR 4.

SILVA, Fernanda Nunes da; ALMEIDA, Mariangela Lima de; SILVA, Islene Vieira da; PREDERIGO, Allana Ladislau. A formação continuada no contexto da escola como perspectiva para a inclusão escolar. In: ANAIS DO 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2018, São Carlos.

Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/a-formacao-continuada-no-contexto-da-escola-como-perspectiva-para-a-inclusao-escolar>. Acesso em: 17/10/2021.

SOUZA, Annye de Picoli; SILVA, Aline Maira da; LIMA, Renata Sutier de. Inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual nas escolas municipais de ensino fundamental. In: ANAIS DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2014, São Carlos. Anais Eletrônicos... Campinas: Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/cbee/cbee6/papers/inclusao-escolar-do-aluno-com-deficiencia-intelectual-nas-escolas-municipais-de-ensino-fundamental>. Acesso em: 17/10/2021.

SOUSA, K. C. A formação docente para a educação especial e a profissional do professor. Dissertação de Mestrado em Docência e Gestão da Educação. Universidade Fernando Pessoa: Porto, 2017.

VILARONGA, C.A.R; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014.

WOOD, M. Whose Job is it anyway? Educational roles in inclusion. Exceptional Children, v. 64, n. 2, p. 181-195, 1998.

ZERBATO, A.P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. Educação Unisinos, v. 22, n. 2, p. 147-155, 2018.